

**VAZ, Armindo dos Santos, *Palavra Viva Escritura Poderosa: A Bíblia e as suas linguagens*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013. 502 p. Estudos Teológicos; 12.**

Finalmente temos em português uma obra dedicada à Propedêutica Bíblica, que corresponde ao tratado clássico da *Introductio Generalis in Scripturam Sacram*. Esta obra vem preencher esse vazio, e preenche-o bem. Aliás, a essa qualidade sempre nos habituou o autor carmelita, grande conhecedor e contemplativo da Palavra de Deus. Por outro lado, com este volume 12 da coleção de Estudos Teológicos organizada por docentes da nossa Faculdade de Teologia, esta coleção fica mais enriquecida. No fim da obra o autor entrega-nos uma vasta bibliografia lida e comentada ao longo do seu texto, a qual revela o conhecimento aturado e acríbico dos autores e das temáticas principais. Isto só é possível depois de muitos anos de investigação atenta e cuidada nesta área (como é o caso), o que dá a esta obra a vantagem de ser uma obra de maturidade. Foi por isso de grande proveito lê-la de ponta a ponta.

A obra está dividida em quatro partes e em treze capítulos. Na primeira parte (*A Palavra inspirada*), o professor Armindo Vaz começa por tratar logo da inspiração bíblica nos dois primeiros capítulos, fazendo aí a história das diversas concepções da mesma ao longo da história da teologia. Na segunda parte (*A palavra normativa. O cânone bíblico*) aborda a questão clássica do cânone bíblico, desde o capítulo III ao V. Depois de fazer longamente a história da teologia do cânone, sintetiza, no capítulo IV, os critérios externos e internos de justificação do valor normativo dos nossos textos bíblicos que essa mesma história ofereceu. Termina esta parte com a difícil questão dos textos apócrifos. Neste capítulo, mais do que apresentar os textos mais representativos da literatura apócrifa (o que se compreende dada a vastidão deste corpo de literatura), sobretudo aprofunda com grande mestria a sempre difícil temática da canonologia. Por isso, não deixa de refletir sobre a difícil relação da Escritura com a gnose. Dada a vastidão da literatura apócrifa, deixou Qumran para a parte seguinte. Reconhecemos esta opção como ajustada. Com efeito, o contributo de Qumran reside no maior conhecimento da história do texto na crítica textual do Antigo Testamento (pp. 185-190), mais do que para a história do cânone, ainda que esta relação não seja estanque nem impossível. Apesar destas poucas páginas, o leitor encontra indicações preciosas em nota de rodapé para alargar os conhecimentos sobre os manuscritos do Mar Morto, do qual fazem parte os manuscritos essénios de Qumran.

Na terceira parte (*A Palavra feita livro. O texto bíblico*) dedica bastante tempo à história do texto. Aqui salientamos a quantidade enorme de dados que nos fornece sobre a história da transmissão do texto, para concluir no capítulo IX com a apresentação das principais versões traduzidas do texto bíblico quer nas línguas antigas quer nas modernas. É aqui que o autor da obra nos confronta com toda a sua erudição e com a absoluta humanidade da palavra de Deus na sua materialidade escrita. No fundo, é a secção dedicada à crítica textual, esta última.

Na última parte (*A Palavra interpretada. Hermenêutica bíblica*) enfrenta-se com a outra questão clássica da interpretação bíblica. Consideramo-la a mais importante, e por isso até é – e bem – a mais extensa. Acrescentamos o adjetivo *bíblica* à hermenêutica (aplicada neste caso à Escritura), pois, não descurando as regras necessárias

e aplicáveis à literatura enquanto tal, não deixa de ser contextualizada numa relação particular da fé (bíblica), da qual vem e à qual responde. Isto estabelece então alguns parâmetros que é necessário ter em conta na hora de interpretação da Escritura. Nesta secção, depois de resumir a história da interpretação do texto bíblico (cap. X) e a noemática bíblica (cap. XI), comenta longa e minuciosamente as metodologias à disposição da exegese bíblica (cap. XII), rematando com uma reflexão sobre as incidências da Palavra de Deus na nossa existência e na existência quotidiana da Igreja (cap. XIII). Aqui o autor mostra como a Igreja é mãe e filha da Palavra, e como a Escritura é mãe e também filha da Igreja. Uma gera a outra.

O autor não se eximiu a questões difíceis, entre as quais a da canonicidade e inspiração da versão grega dos Setenta, o que também torna estimulantes a leitura e a reflexão. Daí sairmos enriquecidos da leitura e de nos ter chamado a atenção sobre um ou outro tema. Assim, por exemplo, na p. 222, quando acompanha a possibilidade da canonicidade e da inspiração da tradução dos Setenta, não apresenta a contestação de Rahner, pois para Rahner esse estatuto não lhe é merecido em nome precisamente da ausência de eclesialidade entendida como reconhecimento histórico autorizado por parte da Igreja sobre essa característica circunscrita para um conjunto de textos. Na verdade, o que está em causa sobre esta matéria na discussão a partir do período do Concílio é a própria possibilidade de reconhecer uma inspiração dupla, apesar de reconhecer que essa tese tem vindo a fazer o seu caminho e que «os Setenta gozaram de canonicidade prática por parte da Igreja apostólica». Com efeito, se isso é admitido (essa inspiração dupla), porque não aceitar uma inspiração tripla, quádrupla, quántupla, ou tantas outras? Porque não equiparar a tradução dos Setenta (ainda que seja tradução e mais do que tradução) a um qualquer texto do património literário inspirador como o texto de outras religiões – que até o foi? Por isso, trazemos aqui Rahner à colação, apesar de já ter sido apresentado pelo autor na p. 21 aquando da sua proposta para pensar a inspiração num modelo social e editorial. A questão continua em aberto e provavelmente será insolúvel. Por causa disso, a Igreja nunca canonizou nenhuma versão mas apenas um texto, aquele que se tornou o mais preponderante no meio de vários. De modo positivo, este processo de cristalização canónica não se objetivou no todo do texto da versão dos Setenta, ainda que tenha sido assumido em grande parte e por isso se possa afirmar que «os Setenta gozaram de canonicidade prática por parte da Igreja apostólica». A dificuldade advém da parte que não foi integrada, a qual, como qualquer outro texto de uma qualquer tradição religiosa, não mereceu o reconhecimento da eclesialidade.

O único ponto em que divergimos do autor encontra-se na p. 372, quando apresenta como datação do deutero-Isaías o tradicional exílio. O deutero-Isaías nos últimos tempos tende a ser datado para um período posterior ao exílio. Vejam-se apenas os trabalhos de Caspari (1934), de Vincent (1977) e de Coggins (1998) como representantes desta tese de maneira consistente, a qual tem vindo a fazer escola e a impor-se nos meios exegéticos. Na verdade, existem alguns sinais que não são despreciandos nesse sentido. Assim, Is 40-55 não é um texto unitário e não apresenta unidades fechadas, como o demonstra a identidade de Is 48,22 (Javé diz: 'para os ímpios não existe paz') e Is 57,21 ('para os ímpios não existe paz, diz o meu Deus'). Ora, Is 48,22 é do deutero-Isaías e 57,21 do trito-Isaías. Por outro lado, o carácter antológico do deutero-Isaías deteta-se no facto de que em alguns textos fala-se do povo de um modo normalmente cordial e positivo, com compaixão e abrindo portas para o futuro através da

esperança. Noutros textos do deutero-Isaías fala-se do povo num tom crítico e bastante duro, recriminando-o e lembrando o passado. Além disso, não é sem sentido colocar Is 54-55 em relação com o que se segue e não com o que está antes. O contexto social, geográfico e histórico dado por suposto não é seguro ou definido, pois surge como legítima pelo menos a pergunta: serão os exilados um grupo isolado e unido a conspirar contra o governo babilónico? Do ponto de vista geográfico, os argumentos a favor de um contexto babilónico são débeis, sendo preferível pensar, em vez disso, já depois em Jerusalém, no que leva a colocar Is 40-55 no meio do período persa e não no início, portanto bem mais lá para a frente depois do regresso do exílio – pelo menos a redação.

Finalmente, queríamos deixar a seguinte proposta, e que mais não é do que isso. Será útil acrescentar na bibliografia, numa próxima edição desta obra (que as terá, certamente), um instrumento de trabalho ao nível da metodologia bíblica. Estamos a falar da obra de Stanislaw Bazylnski, *A guide to biblical research*, Subsidia Biblica 36, Roma 2009, depois da primeira edição de 2006 e que constitui uma ferramenta muito útil ao nível da metodologia bíblica. Por último, pedimos ao autor para transliterar todos os termos hebraicos e gregos, para que o leitor menos familiarizado com estas fontes possa dar-se conta de, além do que é pronunciado, os eventuais jogos de linguagem que estão em causa a partir das figuras de semântica e de sintaxe que possam estar em causa.

Congratulamo-nos com o autor e queremos publicamente agradecer-lhe este grande contributo, que muito prestigia a nossa Faculdade e a editora da Católica em Lisboa.

José Carlos Carvalho